



RECONHECIMENTO E EXCLUSÃO NO MOVIMENTO LGBT

Rafael Lima Vieira¹

Resumo: Neste trabalho fazemos uma discussão sobre a representação das identidades homossexuais por parte dos movimentos sociais e grupos de coletivos LGBT. Baseamos-nos na hipótese de que as sociedades ocidentais tem hegemonizado um padrão de comportamento sexual heteronormativo e colocado à margem os comportamentos não heterossexuais. Acreditamos que dessa hipótese também fazem uso as iniciativas de reivindicação política que objetivam dar credibilidade a identidades e comportamentos sexuais contra hegemônicos. Trazemos a proposta de Beatriz Preciado de que as minorias, ao invés de se estratificarem e se pulverizarem, tornem-se “Multidões *queer*”.

Palavras-chave: Representação LGBT, Hierarquias, Multidões *Queer*.

Durante muito tempo a população denominada LGBT (lésbica, gay, bissexual, transexual e transgênero) esteve na espera por um reconhecimento dos problemas e das questões que a fragilizava e a deixava socialmente vulnerável. Sua pauta de reivindicação política centrava-se na ideia de que o olhar do Estado deveria ser voltado para esta situação de vulnerabilidade que se regia pela noção naturalizada de uma marginalidade sexual e social.

Quanto às características dessa vulnerabilidade podemos dizer que delas a história cotidiana LGBT dá vários exemplos; entretanto, se cabe aqui lembrar algumas, prostituição, violência simbólica e física, abandono legal e jurídico em relação às formas de conjugalidade LGBT, invisibilidade nos setores trabalhistas, guetificação das formas de sociabilidade, patologização da identidade, assassinato, atribuição de perfil pedófilo (na maioria das vezes a gays) podem ser tidas como algumas das características dessa vulnerabilidade; mas estas são apenas algumas que, se transformando em adjetivações fazem da homossexualidade um alvo fácil de discriminação.

Essa discriminação está, obviamente, associada à dimensão sexual do sujeito LGBT e é fruto da dicotomia estabelecida com base na heterossexualidade/homossexualidade. Podemos dizer com isso que a estética, a ética e

¹ Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco/Centro Acadêmico do Agreste (PPGEDUC – UFPE/CAA). Email: rafaellimavieira@yahoo.com.br.

a moral social está, hoje, ligada à sexualidade de uma maneira forte o bastante para que possamos percebê-la sem demasiado esforço. Onde podemos perceber essa ligação de maneira mais forte é, infelizmente, nos momentos onde formas de discriminação e exclusão social se expressam colocando patentemente a dicotomia heterossexualidade/homossexualidade como referência.

Nesse contexto, tendo como pauta de reivindicação central a mobilização a favor do reconhecimento da fragilidade da população LGBT baseada na oposição heterossexualidade/homossexualidade, os grupos de militância política e Movimentos Sociais LGBT se mobilizaram no sentido de desnaturalizar as adjetivações pejorativas a eles ligadas; e exigiram também do Estado um posicionamento frente a uma situação que há muito tempo era deixava “debaixo do tapete” em relação à uma quantidade considerável de cidadãos e cidadãs: a exclusão por causa de uma sexualidade que não segue o modelo normativo e hegemônico heterossexual.

Visivelmente, a pauta política dessas organizações sociais e desses grupos surtiu efeitos, tanto a nível nacional quanto internacional, pois, construíram-se principalmente nos países ocidentais, redes de solidariedade política em torno da questão da discriminação sexual com vistas à desestruturação de suas bases heteronormativas e homofóbicas², pensando assim, diminuir a histórica vulnerabilidade da população LGBT desses países.

Neste sentido foram criados tempos e espaços onde o Estado, até então inerte, deveria “ouvir” e agir no sentido de colocar em prática essa intencionalidade política movida pela população LGBT. E, de fato, no Brasil houveram grandes mobilizações desenvolvidas tanto por parte do Estado quanto da Sociedade Civil neste sentido.

Para isso, um grande feito foi a convocação, por parte da Presidência da República em 28 de novembro de 2007, da I Conferência Nacional LGBT juntamente à proposta de implementação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDH/LGBT (BRASIL, 2007). No sentido de estruturar espaços e tempos onde, os segmentos LGBT teriam a oportunidade de socializar suas necessidades e entrar em acordo sobre os compromissos que o Estado deveria ter, a partir de então, com questões particulares à população LGBT.

² Com os termos “heteronormativa” e “homofóbicas” nos referimos, respectivamente, à norma que tende em constituir a sociedade nos moldes de uma sexualidade compulsoriamente heterossexual; e à hostilidade/violência a qualquer forma de sexualidade que não seja a heterossexual.

No âmbito da segunda edição da Conferência LGBT, a Ministra Chefe de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, situa o lugar de cada um dos envolvidos na Conferência: Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Governo Federal, dizendo

A Secretaria de Direitos Humanos se orgulha em ser a porta de entrada para a população LGBT, proporcionando um ambiente propício para a sociedade civil e os movimentos sociais dialogarem com o Governo Federal. A SDH acredita que os/as ativistas reunidos/as nas Conferências municipais, estaduais, e na própria II Conferência Nacional LGBT constituem o fórum qualificado para avaliar esses avanços e retrocessos e deliberar a respeito do futuro das políticas de enfrentamento à discriminação e às homofobias e de efetivação dos direitos de cidadãos e cidadãs brasileiros/as com respeito à orientação sexual e identidade de gênero de cada um (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2011).

Nesse sentido, percebemos que o diálogo entre as representações na Conferência Nacional deve acontecer com base em um consenso interno a cada uma dessas partes. Tratando especificamente da representação LGBT, espera-se que esta esteja em dia com as reivindicações que emergem de demandas locais e globais, politicamente falando; além de ser incorporada por identidades individuais de tal forma que não deixe de contemplar nenhuma identidade social, pois, não é a toa que à sigla LGBT compete a representação de identidades até então pouco reconhecidas como as/os transexuais, travestis ou transgêneros. Esse tipo de representação deve assumir o papel de desestruturante de hierarquias dentro e fora dos movimentos LGBT e ser materializada em resposta às necessidades dessa população.

Com essas premissas, nos perguntamos: ***O Movimento LGBT é representativo das identidades não heterossexuais em sua totalidade? Existe alguma identidades ou prática sexual não hegemônica à descoberto diante das políticas de identidades que se tornaram pauta dos grupos de militância LGBT?***³

1. REPRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO LGBT?

Segundo Julio Assis Simões e Regina Facchini (2009) existe uma questão central que motiva as iniciativas da militância LGBT; é necessária pensarmos nela antes de discutirmos as identidades representadas pelo Movimento LGBT. As *violências* são, segundo Simões e Facchini, tema central para o desenvolvimento da militância:

Não é por acaso que o ativismo tem enfatizado a denúncia das violências específicas contra a homossexualidade. De modo semelhante à “misoginia” ou o “machismo”, para o caso do

³ No percurso deste ensaio, iremos nos deparar com uma iniciativa de inspiração ousadamente socrática que é a explicitação das dúvidas que, nascidas das supostas verdades em torno do Movimento LGBT e das identidades coletivas, emergiram no decorrer do seu trabalho de escrita. Optamos por ser fiel ao caminho que nosso pensamento percorreu e mostrar os questionamentos que suscitaram a construção das provisoriiedades que defendemos aqui. Convidamos os/as leitores/as ao mesmo trabalho de dúvida e questionamento em relação a tais provisoriiedades.

movimento feminista, e ao “racismo”, para o caso do movimento negro, a homofobia aparece para o movimento LGBT como uma âncora a partir da qual se procura estruturar as identidades coletivas associadas ao movimento e legitimar a perspectiva de outras conquistas no campo dos direitos e da política (SIMÕES E FACCHINI, 2009; pág. 25).

De fato, o perfil da militância LGBT brasileira dá ênfase às violências sofridas por homossexuais. O Grupo Gay da Bahia (GGB), por exemplo, se responsabilizou, até pouco tempo atrás, pela contabilidade de crimes cometidos contra homossexuais por motivos puramente de discriminação sexual; no livro *Devassos no paraíso*, de 1985, João Silvério Trevisan faz uma descrição detalhada das formas de discriminação imputada a homossexuais por parte da polícia e das autoridades brasileiras; dos periódicos e revistas especializadas da década de 1970 até as notícias veiculadas na mídia já do século XXI o que chama a atenção sempre é a frequência com que agressões a homens e mulheres homossexuais são noticiadas. Daí, podemos dizer que, o primeiro ponto na pauta da reivindicação militante LGBT é a denúncia contra as violências às/aos LGBT.

Mas aqui, cabe um aprofundamento: ***Quem são os contemplados nas políticas de identidades LGBT? Quem são as vítimas dessas violências?***

Sabemos que uma identidade coletiva se estabelece com base em critérios e parâmetros que, em certa medida, homogeneíza os seus agentes. Existe algo em comum entre os partícipes dessa identidade coletiva: negros, mulheres, indígenas, LGBTs; todos e todas tem em comum algo que os identifica como tal.

Em relação a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, o que os caracteriza como LGBT não pode ser considerado como o fator que os torna pares; por exemplo, a transgressão do gênero de *cross dressers* e das travestis, o direcionamento da afetividade/sexualidade para pessoas do mesmo sexo de gays e lésbicas, a recusa do sexo biológico de transexuais, que são as características mais comuns de tais sujeitos, não são unânimes no estabelecimento de uma identidade coletiva, isto é, a identidade individual não suporta o papel de os/as tornar paritários/as⁴ e “aptos/as” a se constituírem como identidade coletiva. Mas, para podermos ter uma caracterização mais precisa do elemento que os torna “iguais” consideramos pertinente dizer que não é as performances sexuais desses sujeitos que os coloca em um mesmo grupo identitário, mas o status sexual deles/as em relação ao grupo sexual hegemônico. Nesse caso, a heterossexualidade foi a responsável pelo estabelecimento dos critérios dos grupos

⁴ Para dar exemplos: nem todos os gays desempenham papéis relacionados ao gênero feminino, nem todas as transexuais são interessadas em se relacionar afetiva e sexualmente com homens, nem todas as lésbicas prescindem de se identificar esteticamente com a mulher “gostosa ou patricinha”.

LGBT como seus “opositores”. Neste sentido, o que existe em comum entre os LGBT é o fato de estarem sempre em oposição ao papel heterossexual majoritário.

Assim, deveríamos pensar que os grupos de militância conservam em sua unidade as identidades que, não importando suas características anatômicas, biológicas, de gênero, de orientação sexual ou ainda de manipulação estética, vivenciam uma identidade sexual contra hegemônica.

Entretanto, continuamos questionando: *a sigla LGBT representativa das identidades lésbica, gay, bissexual, travesti e transexual pode ser considerada como representante da totalidade de identidades contra hegemônicas?*

2. EXISTEM IDENTIDADES IGNORADAS PELO MOVIMENTO LGBT?

A sigla hoje chamada LGBT tem uma história bem interessante e de enganadora evolução e expansão da representação homossexual. O resumo dessa história pode ser encontrado em Simões e Facchini:

A denominação LGBT aqui usada segue a fórmula recentemente aprovada pela Conferência Nacional GLBT, referindo-se a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Antes disso, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, de 2005, incluiu oficialmente o “B” de bissexual e convencionou que o “T” referia-se a travestis, transexuais e transgêneros. (...)

A denominação por meio da sigla, de todo modo, é bastante recente. Até 1992, o termo usado era “Movimento Homossexual Brasileiro”, às vezes designado pela sigla MHB, e os congressos de militância eram chamados de “encontros de homossexuais”. O termo “lésbicas” passou a ser usado no Encontro de 1993, enquanto a denominação “gays e lésbicas” foi empregada no Encontro de 1995. Nesse ano foi criada a ABGLT, com o nome de Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que, muito recentemente, passou a se denominar Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, mantendo, porém, a sigla original. O termo “travestis” foi acrescentado a “gays e lésbicas” no Encontro de 1997, e os termos “bissexuais” e “transexuais” foram incluídos no Encontro de 2005 (SIMÕES e FACCHINI, 2009; pág. 14-15).

Essa história é, antes, a história da normatização e do disciplinamento de identidades frouxas e sem limites. Essa é a história da regulação das homossexualidades, do processo que possibilitou guardar as identidades sexuais em um lugar seguro e protegido das instabilidades e metamorfoses que sofreriam caso se abandonassem à experimentação e ao encontro com as suas potencialidades sexuais.

Nesse sentido, a sigla LGBT significa! Ela, como categoria de identidades que é – e “*as categorias de identidade nunca são meramente descritivas, mas sempre normativas e como tal, exclusivistas*”⁵ - detém o poder de não apenas ilustrar, mas dar as cores com que as identidades devem se pintar.

Uma história assim, nos possibilita enxergar o que Judith Butler discute sobre a questão do feminismo; que uma dada organização que detém o significado daqueles/as a

⁵ BUTLER (1998, pág. 24)

quem representa viola sua construção e sua própria identidade e gera mais separações que uniões:

Eu diria que qualquer esforço para dar conteúdo universal ou específico à categoria mulheres, supondo-se que essa garantia de solidariedade é exigida de antemão, produzirá necessariamente facções e que a “identidade” como ponto de partida jamais se sustenta como base sólida de um movimento político feminista (BUTLER, 1998; pág. 24).

Uma crítica desse tipo - da qual o movimento LGBT deve participar - não pretende colocar em xeque a noção de identidade ou dizer que não há um elemento em comum que estabilize as homossexualidades em um espaço de militância. Podemos, com isso, retomar a reflexão de Butler sobre o feminismo quando se questiona se devemos decretar a morte da categoria mulheres:

Ao contrário, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignável, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e re-significação (BUTLER, 1998; pág. 25).

E se agora refletimos com base nesse último trecho citado de Butler sobre a questão das identidades LGBT, podemos cair na leitura, como disse enganadora, de que, a multiplicidade de identidades que são exaltadas quando chamamos ao discurso LGBT dá conta da multiplicidade respectiva de agentes aos quais representam.

Essa, já falamos, é uma compreensão enganadora. Anderson Ferrari (2006) mostra como particularidades identitárias de sujeitos homossexuais são colocadas como elementos de hierarquização e exclusão por não se enquadrarem nos modelos identitários definidos por grupos de militância que ele pesquisou. Nesse sentido, o gênero e as práticas sexuais para os referidos grupos eram o que davam significado aos termos chamados pela sigla LGBT, que por sua vez, operavam as exclusões e fraturas nas instâncias de sociabilidade homossexual.

Isso tem consequência direta nas reivindicações políticas dos grupos, já que o critério para ter uma determinada proposta como pauta de reivindicação é atender às necessidades da população LGBT. Nesse sentido, essa “população” se constrói muito limitada e com lacunas e ausências de alguns sujeitos que não vivem a sexualidade hegemônica heterossexual⁶.

Mas, feitas as críticas, queremos saber: *como proceder diante destas fraturas e destas ausências no Movimento LGBT? Existe alternativa para trazer para a dinâmica dos grupos LGBT identidades e sujeitos até então ausentes?*

3. MULTIDÕES QUEER: UMA ALTERNATIVA ÀS EXCLUSÕES

⁶ A androginia, por exemplo, junto com o sadomasoquismo são formas de viver a sexualidade que não são contempladas, ao menos no Brasil, em propostas políticas de reivindicação LGBT.

Tanto Judith Butler (1998) quanto Beatriz Preciado (2011) propõem uma revisão na consolidação de significantes e significados nos grupos de representação identitária. Ambas as autoras falam que tais grupos não devem deter uma identidade universal sobre os seus agentes, mas ao contrário deixá-la em aberto; no primeiro caso ocorrerá uma exclusão sistemática de sujeitos que não se identificam ou não põem em prática uma performance de gênero ou de sexualidade como esperada pelos grupos.

Entretanto, Beatriz Preciado avança na proposta de transformar as identidades coletivas em identidades permanentemente em construção; defende que o corpo não pode ser considerado apenas como vítima e alvo do biopoder⁷ regulador, mesmo que esta força reguladora venha agora da contra hegemonia heterossexual dos movimentos LGBTs.

Neste sentido, se desvincular de uma concepção reguladora sobre a sexualidade e os corpos, exige dos grupos de militância que se transformem em multidões *queer*. Segundo Beatriz Preciado,

De noção posta ao serviço de uma política da reprodução da vida sexual, o gênero se torna o indício de uma multidão. (...). A sexopolítica torna-se não somente um lugar de poder, mas, sobretudo o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões (PRECIADO, 2011; pág. 14)

Há, nessa abertura da representação das políticas de identidades sexuais proposta por Preciado uma expansão da população contra hegemônica. Essa parece ser a proposta política *queer*, que não desconsidera - como dizem os críticos ortodoxos a favor do Movimento LGBT convencional e excludente - as identidades individuais. O que parece estar no centro das políticas de identidade *queer* é a adição de outras identidades ignoradas pelo Movimento LGBT e que ainda assim estão na contramão da hegemonia heterossexual.

Uma política *queer* nas representações militantes é mais que uma aspiração, é uma necessidade. Está na hora de “examinar as conseqüências políticas de manter em seus lugares as próprias premissas que tentaram assegurar nossa subordinação desde o início” (BUTLER, 1998; pág. 28). Essa subordinação, se utilizando de instrumentos discursivos que possibilitaram a hierarquização e a inferiorização, foi cunhada primeiramente pela normatização heterossexual, e agora está diante de nós uma nova normatização LGBT. Devemos nos posicionar contra essa tendência e lutar por uma política dos “anormais” que sempre fomos nós: homossexuais, não-heterossexuais,

⁷ O biopoder é um termo usado originalmente por Michel Foucault para se referir às práticas dos Estados modernos ocidentais em relação à instauração de numerosas técnicas de controle visando obter a subjugação dos corpos e o controle da população. (FOUCAULT, 1988).

gays, lésbicas, travestis, andróginos, transexuais lésbicas, bissexuais, sado-masoquistas, transgêneros, mix, ou qualquer que seja a designação que tenham todos e todas que vivenciam experiências contrárias à normatização sexual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto de 28 de novembro de 2007. Convoca a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 28 nov. 2007.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 11-42, 1998.

FERRARI, Anderson. “A bicha banheirão” e o “homossexual militante”. REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 29.; 2006. *Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED – Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade*, de 15 a 18 de outubro. Caxambu, ANPED. 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-1688--Int.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2011.

FOUCAULT, Michel. *Historia da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, [17ª edição] 1988.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 19, p. 11-20, 2011.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Apresentação da II Conferência Nacional LGBT. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/sedh/2cnlgbt/pages/apresenta.html>>. Acesso em: 11 de dez. 2011.

SIMÕES, Julio Assis e FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.